

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**10ª Sessão Ordinária de 2026**

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 16/6/2026, págs.1/18)

Data: 23/06/2026

Horário: 09:00

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília/DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação da Ata da 8ª Sessão Ordinária (26/05/2026).

PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA

Pedido de Vista na 20ª Sessão Ordinária de 2025 (16/12/2025)

- 1) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01086/2025-80  
Requerente: Christiana Ramalho Leite Cavalcante  
Advogado: Leonardo Accioly da Silva – OAB/PE nº 17265  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 007/2024. Determinação para suspensão do ajuizamento da Ação Civil Pública de perda do cargo. Pedido liminar.  
Relator: Cons. Carl Olav Smith  
Origem: Pernambuco  
Vista: Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira  
Cons. Ivana Lucia Franco Cei  
Cons. Edvaldo Nilo de Almeida

Pedido de Vista na 2ª Sessão Ordinária de 2026 (24/02/2026)

- 2) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.01115/2025-40 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Excesso de Prazo. Falta de diligências na condução do Procedimento nº 038.0713.0005137/2023, pela Promotoria de Justiça de Campinas.  
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei  
Origem: São Paulo  
Vista: Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza

Pedido de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2026 (10/03/2026)

- 3) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01050/2025-15  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão  
Advogados: Eugênio José Guilherme de Aragão – OAB/DF n.º 4935; Willer Tomaz de Souza – OAB/DF n.º 32023  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Reclamação Disciplinar nº 1.00572/2025-72. Cometimento dos crimes de ameaça e injúria contra funcionário público em razão de suas funções.  
Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira  
Origem: Maranhão  
Vista: Cons. Thiago Roberto Morais Diaz

Pedido de Vista na 7ª Sessão Ordinária de 2026 (12/05/2026)

- 4) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00145/2026-48 (Recurso Interno)
- Recorrente: Aline Silva Albuquerque  
Advogados: Artur Guedes da Fonseca Mello – OAB/DF n.º 79165-A; Rogério Mello – OAB/MA n.º 22.692-A
- Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Requerimento para designação de Promotora de Justiça à ocupação da Diretoria das Promotorias de Justiça de Estreito/MA. Pedido indeferido, em razão da Promotora requerente estar autorizada a exercer funções em trabalho remoto, de maneira híbrida. Pedido de reconhecimento da compatibilidade do exercício de Diretoria das Promotorias com o regime de teletrabalho. Pedido de liminar.
- Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues  
Origem: Maranhão  
Vista: Cons. José de Lima Ramos Pereira

Processos com pedido de vista cancelado em razão do término do mandato do vistor

- 5) Proposição nº 1.00393/2019-23
- Requerente: Valter Shuenquener de Araújo  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Modifica o § 3º, acrescenta o § 4º e renumera os antigos §§ 4º e 5º do art. 77 do RICNMP.
- Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda  
Origem: Distrito Federal
- 6) Proposição nº 1.00281/2021-97
- Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Vedações impostas aos membros do Ministério Público brasileiro, em razão do exercício do cargo, consolidando as Resoluções nº 5/2006; nº 8/2006; nº 16/2007; nº 18/2007; nº 73/2011; nº 132/2015; nº 133/2015; nº 144/2016; e nº 224/2021.
- Relator: Cons. Edvaldo Nilo de Almeida  
Origem: Distrito Federal

## PROCESSOS REMANESCENTES

### Incluído na Pauta da 1ª Sessão Extraordinária de 2026 (27 e 28/01/2026)

- 7) Proposição nº 1.00892/2024-88  
Requerente: Cíntia Menezes Brunetta  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição das diretrizes para a elaboração do Programa de Integridade pelos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, e revoga a Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN nº 6/2023.  
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei  
Origem: Distrito Federal

### Incluído na pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2026 (10/03/2026)

- 8) Proposição nº 1.01365/2025-44  
Requerente: Karen Luise Vilanova Batista de Souza  
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 170, de 13 de junho de 2017, para adequá-la à Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas em concursos públicos, e revoga dispositivos em desconformidade com a nova legislação.  
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues  
Origem: Distrito Federal

### Incluídos na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2026 (28/04/2026)

- 9) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00590/2024-64 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público Federal  
Advogados: Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Carlos Mohn Roller – OAB/DF n.º 62.938  
Interessado: Associação Nacional dos Procuradores da República  
Objeto: Membro do Ministério Público Federal. Processo Administrativo Disciplinar. Adoção de providências cabíveis em face das irregularidades de que tiver conhecimento ou que ocorrerem nos serviços a seu cargo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00518/2023-47. Portaria CNMP-CODI/CN nº 20/2024.  
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida  
Origem: Distrito Federal

- 10) Proposição nº 1.01328/2025-27  
Requerente: Ivana Lucia Franco Cei  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui o Código de Ética das Ouvidorias do Ministérios Públicos dos Estados e da União e dá outras providências.  
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker  
Origem: Distrito Federal
- 11) Pedido de Providências nº 1.00280/2026-93  
Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil Seção do Tocantins  
Advogada: Camilla Miranda do Nascimento – OAB/TO n.º 8094  
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins  
Objeto: Ministério Público do Estado do Tocantins. Atuação. Promoção de arquivamento. Notícia de Fato nº 2025.0010585. Controle do acórdão proferido pelo Conselho Superior (CSMP/TO), que manteve o arquivamento.  
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz  
Origem: Tocantins

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão Ordinária de 2026 (26/05/2026)

- 12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00788/2022-40 (Recurso Interno)  
Recorrente: Pedro Paulo Mendes Martins  
Advogados: Luciana Alves de Lima Angelo – OAB/PR n.º 56332; Luiz Eduardo Canto de Azevedo Bueno – OAB/PR n.º 88950  
Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Procedimento de impugnação de vitaliciedade de membro. Decisão do Colégio de Procuradores de Justiça. Determinação para reintegração do requerente ao cargo de Promotor de Justiça.  
Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto  
Origem: Paraná
- 13) Reclamação Disciplinar nº 1.01067/2024-55 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)  
Recorrente: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão  
Advogado: Thiago Brhanner Garces Costa – OAB/MA n.º 8.546  
Recorrida: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.  
Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda  
Origem: Maranhão
- 14) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00717/2025-44  
Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Minas Gerais  
Advogados: Antonio Marques Carraro Junior – OAB/MG n.º 85039; Gleiciane Emanuele Duarte – OAB/MG n.º 88019  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Interessado: Diogo Pestana Rangel  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Desconstituição de ato administrativo. Recomendação nº 03/2025, editada pela 2ª Promotoria de Justiça de Abre Campo/MG. Inquérito Civil nº 04.16.0003.0014679/2022-13. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei  
Origem: Minas Gerais

- 15) Proposição nº 1.00068/2026-62  
Requerente: Cíntia Menezes Brunetta  
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução que dispõe sobre a atuação do Ministério Público em face de decisões judiciais, acordos ou propostas legislativas que estabeleçam remissão ou redução de pena em troca de doação de sangue, e dá outras providências.  
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei  
Origem: Distrito Federal
- 16) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00128/2026-10 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará  
Advogados: José Augusto de Souza Peres Filho – OAB/PB nº 35.631; Fernando Veiga Bretones Filho – OAB/DF n.º 28901; Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho – OAB/DF n.º 29513; Lucas Cavalcante Gondim – OAB/DF n.º 79938; Sophia Ferreira Merlo – OAB/DF n.º 83021  
Interessado: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Reclamação Disciplinar n.º 1.00048/2025-83. Infrações disciplinares correlatadas a possível prática de crimes voltados à atividade de garimpo ilegal.  
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues  
Origem: Pará
- 17) Notícia de Fato nº 1.00167/2026-44 (Recurso Interno)  
Recorrente: Alexandre Florentino Magalhães  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Informa a ocorrência de suposta irregularidade da atuação funcional no bojo de processo judicial.  
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker  
Origem: Maranhão
- 18) Notícia de Fato nº 1.00254/2026-74 (Recurso Interno)  
Recorrente: Alexandre Gomes Machado  
Advogada: Isabella Gomes Machado – OAB/DF n.º 10482  
Recorrida: Membro do Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Trabalho. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na condução de procedimento extrajudicial.  
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida  
Origem: Distrito Federal

- 19) Conflito de Atribuições nº 1.00432/2026-49 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. 1.34.001.004535/2025-72. Ministério Público do Estado de São Paulo. NF 0224.0000095/2025. Conflito Negativo de Atribuições. Apura suposto crime de racismo, por meio de postagens pejorativas na rede social "X" (antigo Twitter), em desfavor de vítima de feminicídio.  
Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira  
Origem: São Paulo
- 20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00515/2026-56  
Requerente: Gregori Pavan Freire de Carvalho  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Alegação de índices insuficientes de transparência e governança administrativa no âmbito do Parquet estadual. Atendimento inadequado de pedidos de acesso à informação, bem como no âmbito das manifestações à Ouvidoria ministerial. Pedido de fiscalização e correção de eventuais irregularidades, referente à transparência, acesso à informação, governança e atendimento ao cidadão.  
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker  
Origem: Espírito Santo

Processos desta Sessão (23/06/2026)

- 21) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01319/2024-46  
Requerente: Nilo & Almeida Advogados Associados  
Advogados: Leandro Zannoni Apolinario de Alencar – OAB/DF n.º 26743; Leonardo Accioly da Silva – OAB/PE n.º 17265; Daniel Augusto Mesquita – OAB/DF n.º 26871  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Requer a suspensão da Recomendação nº 09/2024, expedida pela 3ª Promotoria de Justiça de Coronel Fabriciano, que recomendou a declaração de nulidade do procedimento de inexigibilidade nº 005/2023 e do contrato de prestação de serviços nº 130/2023 firmado entre o Município de Coronel Fabriciano e o Escritório de Advocacia Nilo & Almeida Advogados Associados. Alega afronta à Recomendação CNMP nº 36, de 2016. Solicita ainda a suspensão do IC nº 0194.24.000158-7. Pedido de Liminar.  
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei  
Origem: Minas Gerais
- 22) Pedido de Providências nº 1.00640/2025-67  
Requerente: Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas – Abracrim  
Advogados: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho – OAB/DF n.º 29513; Sheyner Yasbeck Asfora – OAB/PB n.º 11.590; Lucas Cavalcante Gondim – OAB/DF n.º 79938; Filipe Coutinho da Silveira – OAB/PA n.º 12131  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Resolução nº 2/2025-CPJ. Alegação de previsão do GAECO como órgão de execução perante a Vara de Combate às Organizações Criminosas, à revelia de previsão legal. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei  
Origem: Pará

- 23) Reclamação Disciplinar nº 1.00934/2025-43 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)  
Recorrente: Membro do Ministério Público do Estado de Rondônia  
Advogados: Maracelia Lima de Oliveira – OAB/RO n.º 2549; Lucia de Fatima Ferreira Dutra – OAB/RO n.º 13956; Gabriel de Moraes Correia Tomasete – OAB/RO n.º 2.641; Nayara Simeas Pereira Rodrigues Tomasete – OAB/RO n.º 1.692; Marina dos Santos Nascimento – OAB/RO n.º 15.280  
Recorrida: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado de Rondônia.  
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz  
Origem: Rondônia
- 24) Proposição nº 1.00942/2025-80  
Requerente: Fernando da Silva Comin  
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministério Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação que "Dispõe sobre diretrizes para uma atuação ministerial articulada, preventiva e resolutiva no acompanhamento do financiamento da educação básica pública, promovendo a fiscalização qualificada da aplicação dos recursos, bem como o fortalecimento das melhores práticas e experiências do Ministério Público brasileiro na defesa do direito à educação com qualidade social".  
Relator(a): Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 25) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01167/2025-80  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia  
Advogado: Mauro Geosvaldo Ferreira Silva – OAB/BA n.º 14.855  
Interessados: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Bahia  
Advogado: Marcelo Silva Guimarães – OAB/BA n.º 21.034  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Apuração de conduta incompatível com o exercício do cargo. Falta de urbanidade. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00478/2025-69. Portaria nº CNMP-CODI/CN nº 22/2025.  
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues  
Origem: Bahia
- 26) Reclamação Disciplinar nº 1.01196/2025-60 (Recurso Interno)  
Recorrente: Maria Paula Mendonça Vieira  
Advogado: Ricardo Guimarães Uhl – OAB/SP n.º 232280  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.  
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz  
Origem: São Paulo

- 27) Pedido de Providências nº 1.01267/2025-16 (Embargos de Declaração)  
Embargante: João Aparicio de Souza  
Embargado: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Requer verificação da conduta do Parquet na condução da VPI nº 2510353316, instaurada a partir de denúncias de alunos da Universidade Estadual de Goiás, em desfavor do requerente. Alega que a Promotoria de Justiça de Goianésia não ofereceu assistência adequada ao requerente, pessoa com deficiência, além de atuar com parcialidade.  
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz  
Origem: Goiás
- 28) Proposição nº 1.01325/2025-66  
Requerente: Ângelo Fabiano Farias da Costa  
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Unidade Nacional de Perícias Médicas em Saúde Mental do Ministério Público brasileiro e dá outras providências.  
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei  
Origem: Distrito Federal
- 29) Conflito de Atribuições nº 1.01416/2025-00  
Requerente: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de São Paulo. SEI nº 19.16.2435.0089574/2025-26. Autos n.º 1501626-79.2025.8.26.0009 e 5198003-27.2025.8.13.0024. Apuração referente a suposto crime de ameaça praticado por meio de ligação telefônica, possivelmente configurando violência doméstica ou de gênero. 8ª Promotoria de Justiça de Belo Horizonte. Promotoria de Justiça Criminal do Jabaquara.  
Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda  
Origem: Minas Gerais
- 30) Notícia de Fato nº 1.01543/2025-19 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Patricia Lima Rodrigues  
Embargados: Membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Advogado: Elton Luis Nasser de Mello – OAB/MS n.º 5123  
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.  
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues  
Origem: Mato Grosso do Sul
- 31) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00006/2026-88 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Francisco Edinaldo do Vale Cavalcante  
Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Inércia institucional quanto à prevenção e ao combate do assédio moral no serviço público. Violação ao princípio da imparcialidade.  
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker  
Origem: Ceará

- 32) Pedido de Providências nº 1.00055/2026-57 (Recurso Interno)  
Recorrente: João Aparício de Souza  
Recorridos: Conselho Nacional do Ministério Público; Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Solicitação de apuração da regularidade da condução da Notícia de Fato nº 1.18.000.000714/2025-94.  
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz  
Origem: Goiás
- 33) Notícia de Fato nº 1.00061/2026-87 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Enoque Martins Vieira  
Embargado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.  
Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira  
Origem: Distrito Federal
- 34) Notícia de Fato nº 1.00084/2026-37 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Helmar Araújo Marques de Almeida  
Embargado: Membro do Ministério Público Militar  
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público Militar. Informa a ocorrência de supostas irregularidades.  
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz  
Origem: Distrito Federal
- 35) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00086/2026-44 (Recurso Interno)  
Recorrente: João Ricardo Soares da Costa  
Recorrido: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Pedido de reconhecimento da aplicabilidade, por simetria constitucional, de tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a remoção deve preceder a promoção, seja por antiguidade, seja por merecimento. Pedido de expedição de ato nacional, fixando a precedência mencionada e estabelecendo fluxo procedimental uniforme.  
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues  
Origem: Distrito Federal
- 36) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00131/2026-89 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)  
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado do Amapá  
Advogada: Amanda Lima Figueiredo – OAB/AP nº 2722-A  
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Amapá. Reclamação Disciplinar nº 1.01577/2025-77. Possíveis crimes eleitorais, bem como exercício de atividade político-partidária.  
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues  
Origem: Amapá
- 37) Pedido de Providências nº 1.00134/2026-40  
Requerente: Antonio Marcos Vitoriano de Souza  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Atuação. Promoção de arquivamento. Notícia de Fato nº 01.2025.00018160-8. Apuração de possível vício estrutural no concurso público para o cargo de Delegado da Polícia Civil do Estado do Ceará.  
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz  
Origem: Ceará

- 38) Pedido de Providências nº 1.00143/2026-30 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Julia Karen Stallbaum Dominguez  
Advogados: Luis Marcelo Marcondes Pinto – OAB/SP n.º 512.145; Thiago Gebaili de Andrade – OAB/SP n.º 262.310; Onei Nicola Ferreira Filho – OAB/RS n.º 117.614  
Embargados: Procuradoria da República – Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Investigação a respeito da morte do cão "Orelha", em Santa Catarina. Possíveis vínculos familiares entre investigados e integrantes do sistema de justiça estadual, inclusive Promotores de Justiça. Pedido de acompanhamento para resguardar a moralidade administrativa, integridade, credibilidade e legitimidade constitucional do Ministério Público brasileiro.  
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida  
Origem: Santa Catarina
- 39) Conflito de Atribuições nº 1.00151/2026-78  
Requerente: Procuradoria da República – Paraíba  
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Paraíba. Ministério Público do Estado da Paraíba. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.24.001.000688/2025-97. Notícia de Fato nº 001.2025.074281. Apuração de possíveis irregularidades ambientais cometidas pela Empresa Aurea Mineração Ltda. Atividade potencialmente poluidora no Município de Nova Palmeira/PB.  
Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda  
Origem: Paraíba
- 40) Notícia de Fato nº 1.00165/2026-37 (Recurso Interno)  
Recorrente: Adriano Rodrigues da Silva  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.  
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz  
Origem: Rio de Janeiro
- 41) Pedido de Providências nº 1.00175/2026-81 (Embargos de Declaração)  
Embargante: João Coelho de Carvalho Neto  
Embargado: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Atuação insatisfatória de diversas Promotorias de Justiça. Diversos procedimentos instaurados pelo requerente.  
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei  
Origem: Ceará
- 42) Pedido de Providências nº 1.00196/2026-24  
Requerente: Douglas Fabiano de Melo  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Apuração de possível irregularidade na participação do Chefe do Executivo Municipal em entrega da nova sede da Promotoria de Justiça de Paulínia.  
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz  
Origem: São Paulo

- 43) Conflito de Atribuições nº 1.00205/2026-03  
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Processo SIS nº 1599.0012209/2025 (MPDFT nº Notícia de Fato 38.0002.0003903/2021-8). Ofício em procedimento de inventário extrajudicial, em trâmite na Comarca de Itariri/SP, referente a falecido cujo último domicílio foi em Brasília/DF.  
Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda  
Origem: São Paulo
- 44) Notícia de Fato nº 1.00265/2026-72 (Recurso Interno)  
Recorrente: Max Schrappe  
Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público do Estado do Paraná. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.  
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues  
Origem: Paraná
- 45) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00281/2026-47 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Advogado: Raimundo Cezar Britto Aragão – OAB/DF nº 32147  
Embargado: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Controle. Declaração de nulidade dos Editais de processos seletivos para Programas de Residência Técnica. Desrespeito ao art. 37, caput e inciso II, da Constituição da República, à Lei Federal nº 11.788/2008 e à Resolução CNMP nº 42/2009. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda  
Origem: Rio de Janeiro
- 46) Consulta nº 1.00291/2026-91  
Requerente: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Interessada: Leda Mara Nascimento Albuquerque  
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Cumprimento do dever de residência estabelecido na Resolução CNMP nº 26/2007. Possibilidade de fornecimento de dados relativos à origem do acesso dos membros aos sistemas internos da instituição, como a disponibilização do número do Internet Protocol (IP), independentemente de autorização judicial.  
Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira  
Origem: Amazonas
- 47) Conflito de Atribuições nº 1.00303/2026-23  
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Requerido: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.29.000.000095/2026-35. Procedimento nº 01770.000.067/2026. Apuração de violações a direitos humanos e risco de morte em conflito indígena na Terra Indígena Ventarra. Município de Erebangó/RS.  
Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira  
Origem: Rio Grande do Sul

- 48) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00332/2026-03  
Requerente: José Antonio Borges Pereira  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Determinação para suspensão da execução do projeto "Diálogos com a Sociedade". Determinação para suspensão da utilização da estrutura administrativa da Associação Mato-Grossense do Ministério Público – AMMP. Compatibilidade da execução de projeto institucional patrocinado por empresas privadas. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues  
Origem: Mato Grosso
- 49) Correição nº 1.00333/2026-67  
Interessados: Corregedoria do Ministério Público Federal; Corregedoria Nacional do Ministério Público; Procuradoria da República – Paraíba  
Objeto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Extraordinária realizada no 12º Ofício do Ministério Público Federal no Estado da Paraíba.  
Relator(a): Cons. Fernando da Silva Comin  
Origem: Distrito Federal
- 50) Pedido de Providências nº 1.00337/2026-81 (Recurso Interno)  
Recorrente: Argeu Mota da Assunção  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Notícia de Fato nº 02.16.0024.0323120/2025-42. Alegação de possíveis irregularidades na tramitação do procedimento, referente à definição de atribuição de órgão e acesso a informações por parte do noticiante.  
Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda  
Origem: Minas Gerais
- 51) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00338/2026-35  
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Procedimento de Gestão Administrativa (PGA) nº 20.23.2612.0000016/2025-48. Decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte que declarou a inaplicabilidade do Projeto "Selo de Comparecimento" (ou "Presença Garantida") aos procedimentos de movimentação na carreira por merecimento. Impedimento da Corregedoria Geral para voto na matéria. Pedido de liminar.  
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz  
Origem: Rio Grande do Norte
- 52) Notícia de Fato nº 1.00341/2026-02 (Recurso Interno)  
Recorrentes: Evangleia Costa Reis; Stenio Reis Fadini  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Informa a ocorrência de supostas irregularidades no arquivamento de procedimentos extrajudiciais.  
Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto  
Origem: Minas Gerais

- 53) Notícia de Fato nº 1.00358/2026-24 (Recurso Interno)  
Recorrente: Claudia Martins  
Recorrida: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Informa a ocorrência de supostas irregularidades nas promoções de arquivamento de procedimentos extrajudiciais.  
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei  
Origem: Rio de Janeiro
- 54) Pedido de Providências nº 1.00396/2026-03 (Recurso Interno)  
Recorrente: Michael Miranda de Souza  
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Atuação. Promoção de arquivamento. Notícia de Fato nº 0156.000045/2025. Irregularidades em adaptação razoável consistente na disponibilização de aulas gravadas/remotas, conforme prevê a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).  
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker  
Origem: São Paulo
- 55) Conflito de Atribuições nº 1.00406/2026-20  
Requerente: Procuradoria da República – Pará/Castanhal  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.23.001.001087/2025-39. Procedimento SAJ nº 01.2025.00000589-0. Apuração de suposta irregularidade na prestação de serviços da Faculdade UNIASSELVI (Polo Parauapebas) aos discentes do Curso de Farmácia.  
Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira  
Origem: Pará
- 56) Pedido de Providências nº 1.00423/2026-58 (Recurso Interno)  
Recorrente: Cassio Rodrigues Martins de Macedo  
Recorrido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Processo nº 5002428-04.2025.4.03.6100. Alegação de atuação negligente em processos relacionados ao concurso público CNPU 2024. Cerceamento de acesso à justiça e comprometimento de direitos fundamentais do requerente.  
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei  
Origem: São Paulo
- 57) Conflito de Atribuições nº 1.00436/2026-63 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.30.001.002905/2025-86. Processo TJRJ nº 0019500-73.2025.8.19.0001 (Inquérito Policial nº: 2024.0121248-SR/PF/RJ). Apuração de possível delito previsto no artigo 241-B, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).  
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues  
Origem: Rio de Janeiro

- 58) Conflito de Atribuições nº 1.00438/2026-70  
Requerente: Procuradoria da República – Ceará/Maracanaú  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Ceará. Ministério Público do Estado do Ceará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.15.000.000222/2026-91. Procedimento nº 09.2025.00026116-4. Apuração de possível crime de exploração sexual envolvendo crianças e/ou adolescentes no âmbito da Internet. Município de Banabuiú/CE.  
Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira  
Origem: Ceará
- 59) Conflito de Atribuições nº 1.00458/2026-60  
Requerente: Procuradoria da República – Tocantins  
Requerido: Ministério Público do Estado do Tocantins  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Tocantins. Ministério Público do Estado do Tocantins. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.36.000.000097/2026-90. Inquérito Civil nº 2019.0002813. Apuração de possível omissão do poder público na fiscalização do Píer da Orla da Praia da Graciosa de Palmas/TO. Uso indevido por embarcações e flutuantes para ancoragem.  
Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda  
Origem: Tocantins
- 60) Pedido de Providências nº 1.00461/2026-29 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)  
Recorrente: Sigiloso  
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Atuação. Indeferimento. Notícia de Fato nº 02.16.0024.0369268.2026-08. Manifestação Ouvidoria nº 891222042026-7. Apuração da prática dos crimes de esbulho possessório e de ameaça contra o requerente.  
Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira  
Origem: Minas Gerais
- 61) Conflito de Atribuições nº 1.00465/2026-43  
Requerente: Ministério Público do Trabalho  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Ministério Público do Estado de Goiás. IC 000149.2026.18.002/5. Denúncia de supostas irregularidades ocorridas no processo eleitoral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás – SINTEGO, na regional de Águas Lindas de Goiás.  
Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto  
Origem: Goiás
- 62) Conflito de Atribuições nº 1.00487/2026-40 (Processo Sigiloso)  
Requerente: Ministério Público Federal no Estado do Ceará  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Ceará. NF 1.15.000.002312/2025-36. Ministério Público do Estado do Ceará. MP nº 06.2018.00002723-7. Conflito Negativo de Atribuições. Apura possíveis crimes contra o sistema financeiro, supostamente praticados pela Empresa MATTOS INVESTING. Obtenção de vantagem ilícita por meio da criação e manutenção da chamada "PIRÂMIDE DE PONZI".  
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida  
Origem: Ceará

- 63) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00497/2026-94  
Requerente: Enzo de Almeida Carrara Boncompagni  
Interessado: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Decisão do Conselho Superior. Procedimento nº 29.0001.0044201.2026-45/2026. Manutenção dos Avisos nº 124/2026 – CSMP e nº 136/2026 – CSMP. Remoção e Promoção na carreira. Determinação para anulação da aplicação do Art. 56, § 3º, do RI-CSMP/SP, por incompatibilidade com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 6757. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz  
Origem: São Paulo
- 64) Conflito de Atribuições nº 1.00512/2026-95  
Requerente: Ministério Público do Estado do Pará  
Requerido: Procuradoria da República – Pará/Castanhal  
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Ministério Público Federal no Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 01.2026.00001157-3. Notícia de Fato nº 1.23.002.000993/2025-14. Apuração de possíveis irregularidades em contratação de escritório de advocacia sem o devido procedimento licitatório. Ação contra a União visando ao recebimento das diferenças do FUNDEF. Município de Gurupá.  
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues  
Origem: Pará
- 65) Pedido de Providências nº 1.00518/2026-17 (Recurso Interno)  
Recorrente: Alexsandro Souza Cerqueira  
Advogado: Alexsandro Souza Cerqueira – OAB/BA nº 79.033  
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Atuação. Deslealdade processual e violação ao devido processo legal. Processo TJBA nº 0580171-73.2017.8.05.0001. Determinação para a suspensão do julgamento da apelação. Pedido liminar.  
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues  
Origem: Bahia
- 66) Conflito de Atribuições nº 1.00520/2026-22  
Requerente: Procuradoria da República – Piauí  
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Piauí. Ministério Público do Estado do Piauí. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.27.000.001581/2025-64. Procedimento SIMP Nº 004588-361/2024. Apuração de supostas falhas nos serviços educacionais prestados pela instituição de ensino superior privada Unopar Anhanguera, no polo de Picos/PI.  
Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira  
Origem: Piauí
- 67) Conflito de Atribuições nº 1.00524/2026-47  
Requerente: Procuradoria da República – Goiás/Aparecida de Goiânia  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Goiás. Notícia de Fato nº 1.18.000.001015/2026-42. Apuração referente à existência de plataformas de apostas online, em especial a plataforma "K5BET.com" e intermediadora de pagamento "CARTWAVE", que estaria atuando no Brasil sem a devida autorização, operando de má-fé e induzindo consumidores a erro.  
Relator(a): Cons. José de Lima Ramos Pereira  
Origem: Goiás

- 68) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00526/2026-54  
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Paraná  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Processo Administrativo Disciplinar n.º 08/2023.  
Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira  
Origem: Paraná
- 69) Pedido de Providências nº 1.00529/2026-15  
Requerente: Andrea Fregona  
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba  
Objeto: Ministério Público do Estado da Paraíba. Atuação. Andamento de recurso. Procedimento PGA 001.2026.042098. Apuração de irregularidades em atendimento prestado em delegacia de polícia civil. Prosseguimento de inquérito policial.  
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida  
Origem: Paraíba
- 70) Conflito de Atribuições nº 1.00535/2026-45  
Requerente: Procuradoria da República – Maranhão  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. IC 1.19.002.000170/2025-11. Ministério Público do Estado do Maranhão. Procedimento nº 005216-509/2025. Conflito Negativo de Atribuições. Apurar supostas irregularidades na aplicação de recursos oriundos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), no Município de Aldeias Altas/MA. Execução dos editais nº 1, 2 e 5/2025, relativos ao fomento de festivais, à premiação de povos de terreiros e ao incentivo a bandas e fanfarras.  
Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto  
Origem: Maranhão
- 71) Conflito de Atribuições nº 1.00539/2026-60  
Requerente: Procuradoria da República – Goiás/Aparecida de Goiânia  
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás  
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Ministério Público Federal. Notícia de Fato: 1.18.000.001117/2026-68. Apuração de possível dano ambiental decorrente de atividade de garimpo ilegal de ouro no Município de Matrinchã/GO.  
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida  
Origem: Goiás
- 72) Pedido de Providências nº 1.00541/2026-75  
Requerente: Carlos Martins Espinoza  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Omissão. Fiscalização do cumprimento de acordos judiciais relativos à recuperação de córregos e fundos de vale em Ponta Porã/MS. Cumprimento de Sentença nº 019.04.002543-6 e Ação Civil Pública nº 0800528-12.2015.8.12.0019.  
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida  
Origem: Mato Grosso do Sul

- 73) Conflito de Atribuições nº 1.00559/2026-59  
Requerente: Procuradoria da República – Pará/Castanhal  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Pará. Inquérito Civil nº 1.23.000.001875/2024-54. Denúncia formulada na Promotoria de Justiça de Salvaterra, em desfavor da ex-Presidente do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação – CACS FUNDEB, por não ter promovido a adequada transição entre as gestões, sendo constatada a ausência de documentos, tais como livros de atas e documentos referentes às prestações de contas.  
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker  
Origem: Pará
- 74) Conflito de Atribuições nº 1.00568/2026-40  
Requerente: Procuradoria da República – Pará/Castanhal  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.23.000.000902/2026-33. Procedimento 01.2026.00015032-0. Apuração de irregularidade na demora para visita domiciliar de assistente social do CRAS. Conclusão de cadastro do programa "Minha Casa, Minha Vida". Município de Tucuruí.  
Relator(a): Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza  
Origem: Pará
- 75) Pedido de Providências nº 1.00596/2026-76  
Requerente: Sara Pereira da Silva  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. I Concurso Público de Servidores da Defensoria Pública de Minas Gerais (Edital nº 01/2023). Apura a preterição de concursados em face do uso de mão de obra precária (terceirizados, cedidos, comissionados). Requer expedição de Recomendação Administrativa para imediata prorrogação da validade do concurso público e verificação da regularidade da promoção de arquivamento da NF 02.16.0024.0161269.2024-75. Pedido de Liminar.  
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei  
Origem: Minas Gerais
- 76) Pedido de Providências nº 1.00601/2026-22  
Requerente: Ederson Augusto Zanetti  
Requerido: Procuradoria da República – Distrito Federal  
Objeto: Ministério Público Federal no Distrito Federal. Irresignação com a promoção de arquivamento da NF nº 1.16.000.001943/2023-39 e do PIC nº 1.16.000.000642/2021-26, que apuravam possíveis irregularidades processuais que resultaram na demissão do requerente, por justa causa, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.  
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker  
Origem: Distrito Federal

- 77) Conflito de Atribuições nº 1.00602/2026-86  
Requerente: Procuradoria da República – Paraná  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. NF 1.25.000.006007/2026-58. Ministério Público do Estado do Paraná. MPPR-0043.26.000082-3. Conflito Negativo de Atribuições. Apura supostas irregularidades na destinação de recursos oriundos da Lei Aldir Blanc (Lei n.º 14.017/2020), relacionadas ao evento Luau no Lago, realizado em 2024, no Município de Cornélio Procópio/PR.  
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker  
Origem: Paraná
- 78) Conflito de Atribuições nº 1.00604/2026-93  
Requerente: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Requerido: Procuradoria da República – Pernambuco  
Objeto: Ministério Público do Estado de Pernambuco. Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato 02782.000.965/2025. Notícia de Fato nº 1.26.000.003241/2025-13. Apuração de possível violação ao Código de Defesa do Consumidor. Comercialização de passagens aéreas. Empresa KIWI.COM.  
Relator(a): Cons. Márcio Barra Lima  
Origem: Pernambuco
- 79) Conflito de Atribuições nº 1.00612/2026-20  
Requerente: Procuradoria da República – Espírito Santo/Serra  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.17.000.002586/2025-51. Procedimento GAMPES 2025.0017.5350-66. Apuração de possível usurpação do exercício da função pública ao promover atividade de segurança sem a devida autorização da Polícia Federal. Empresa VT Santorio Produções Artísticas LTDA. Município de Mimoso do Sul.  
Relator(a): Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza  
Origem: Espírito Santo
- 80) Conflito de Atribuições nº 1.00617/2026-07  
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuições. Procedimento SIG nº 08.2025.00204301-0 (EPROC n.º 5002012-20.2025.8.24.0538). Autos nº 0000282-59.2026.8.16.0146. Apuração de crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor (Art. 311, CP).  
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida  
Origem: Santa Catarina

81) Conflito de Atribuições nº 1.00621/2026-11

Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Notícia de Fato nº 1.29.000.006591/2026-01. Apuração de suposta situação de risco à vida de estudantes da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), em terminal de ônibus localizado em frente à Faculdade de Direito, em razão da existência de fiação de alta tensão próxima a galhos e troncos de árvores, bem como da alegada ausência de manutenção adequada da vegetação no local.  
Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira  
Origem: Rio Grande do Sul

82) Conflito de Atribuições nº 1.00647/2026-32

Requerente: Procuradoria da República – Amazonas  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Amazonas. Ministério Público do Estado do Amazonas. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.13.000.001280/2025-26. NF 040.2024.000080. Apuração de suposto desvio de valores angariados por Organização Não Governamental (ONG) e repassados à Aldeia Igarapé do Igarapé Açu. Município de Autazes.  
Relator(a): Cons. Márcio Barra Lima  
Origem: Amazonas

**PAULO GUSTAVO GONET BRANCO**  
**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público**